CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
FAZENDA RIO GRANDE - PR
Rua Tenente Sandro Luiz Kampa, 182 -Pioneiros 83823090 .
Telefone 41 3608-7640
cmdca.fazendariogrande@gmail.com

Edital N° 3 /2023/CMDCA, 05 de julho de 2023.

Publicado no Diário Oficial Eletrônico N°126/2023 - **Data: de** 05 **de** julho **de** 2023.

Dispõe sobre a divulgação do Caderno de prova e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva para o Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares do município de Fazenda Rio Grande-PR, para o quadriênio 2024/2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA de Fazenda Rio Grande/PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Nº 845 de 08 de setembro de 2011 e suas alterações, através da Comissão Organizadora do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares, resolve:

Art 1° - Divulgar o Caderno de Prova e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva para o Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares do município de Fazenda Rio Grande-PR, para o quadriênio 2024/2027.

Art 2º – Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Fazenda Rio Grande, 05 de julho de 2023.

Maria Carolina Pelanda Lutfi
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Fazenda Rio Grande - Paraná

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ARAUJO ASSESSORIA, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA.

Cumprindo com as normativas que constam do EDITAL Nº 01/2023 - CMDCA e na Lei Municipal Nº 845/2011 e suas alterações; e Resolução Nº 04/2023 do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e empresa UILSON ARAUJO CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA, vem aplicar a prova para os candidatos à Conselheiro Tutelar, gestão 2024-2028, composta pela Folha de Instruções, Caderno de Provas e Cartão de Respostas.

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

Data de aplicação: 02 de julho de 2023. **Horário:** 08h00 às 12h00.

1. Ao receber este ***CADERNO DE PROVAS***, aguarde a autorização do fiscal de sala e em seguida confira se ele contém 40 (quarenta) questões objetivas numeradas sequencialmente de 01 a 40, cada uma com 4 (quatro) alternativas indicadas pelas letras A, B, C, e D, das quais, somente uma corresponderá à resposta certa para a questão.
2. O ***CARTÃO DE RESPOSTAS*** será entregue oportunamente pelos fiscais de sala. Ao recebê-lo, lembre-se de assinar no local indicado. No cartão de respostas marque a letra correspondente à resposta correta para a questão conforme o seu julgamento, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. **ATENÇÃO:** A marcação de mais de uma alternativa ou rasuras anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
3. A prova contém **40 (quarenta) questões de múltipla escolha**, das quais 32 (trinta e duas) questões específicas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº8609/1990), com peso 2,5 (dois e meio) cada; 03 (três) questões sobre a Lei Municipal Nº 845/2011 e suas alterações, com peso 2,5 (dois e meio) cada; e 5 (cinco) questões de informática com 2,5 (dois e meio) cada, possibilitando a pontuação máxima de 100 (cem) pontos.
4. O tempo total para resolução das provas e preenchimento do cartão de respostas é de **4 (quatro) horas.** Ao terminar a prova, **entregue ao fiscal de sala a prova e o cartão de respostas** e assine a lista de presença. Não será permitido que os candidatos levem consigo o caderno de provas.
5. O candidato poderá deixar a sala de provas após decorrido 1h00min (uma hora) do início da prova.
6. Os candidatos terão a opção de anotar suas respostas em gabarito próprio que permita ser destacado do restante da prova.
7. O gabarito preliminar deverá ser divulgado em até 3 dias após a realização da prova, no site da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande e Empresa Araújo Assessoria e Consultoria.

BOA PROVA!!

NOME COMPLETO: _____

CPF nº:_____ **Assinatura:** _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. De acordo com o Art. 4 da Lei Nº 8069/1990 - ECA, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente é dever:

a) do poder público, da família e das igrejas.

b) exclusivamente da família, pois ela é a única responsável pelo bem dos filhos.

c) da família, da sociedade civil e dos abrigos institucionais.

d) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

2. A proteção integral é aplicável a crianças e adolescentes. O ECA em seu Art. 2 considera crianças e adolescentes as pessoas nas seguintes faixas etárias:

a) criança é a pessoa a partir de um até doze anos de idade completos, e adolescente aquela de treze a dezenove anos de idade.

b) criança é a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela de doze a dezenove anos de idade.

c) criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente de doze a dezoito anos de idade.

d) criança é a pessoa de até treze anos de idade incompletos, e adolescente a pessoa de quatorze a 19 anos de idade.

3. Os direitos estabelecidos no ECA dizem respeito a prioridade na proteção de crianças e adolescentes, pois, de acordo com seu Art. 6 considera, entre outros aspectos:

a) sua condição peculiar como pessoa em desenvolvimento.

b) sua condição relevante de pessoa sem direitos.

c) sua condição igualitária com todos os demais membros da sociedade.

d) sua condição natural de pessoas que representam risco social.

4. A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas previstas no parágrafo único do Art. 4 do ECA, caracterizam:

a) a garantia da prevenção.

b) a garantia da individualidade.

c) a garantia da prioridade.

d) a garantia à vida.

5. Qual assertiva completa corretamente as lacunas do Art. 7 do ECA: "*A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de _____ que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em _____ de existência.*".

a) políticas sociais públicas / condições dignas.

b) programas de empresas privadas / situação mínima.

c) ações assistencialistas / prejuízo.

d) políticas partidárias / ajuda obrigatória.

6. Conforme Art. 17 do ECA, a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais consiste no direito:

a) à saúde.

b) à liberdade.

c) ao respeito.

d) à educação.

7. O direito das crianças e dos adolescentes de serem cuidados sem uso de castigo físico, tratamento cruel ou degradante é previsto no Art. 18-A do ECA, incluído pela Lei Nº13.010/2014, conhecida também como Lei Menino Bernardo. Pode ser considerado tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente, conforme princípios do ECA:

a) advertência.

b) ameaça e ridicularização.

c) negar a vontade da criança.

d) permitir excesso de faltas na escola.

8. A Lei Nº13.431/2017 estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência. O Art. 208 do ECA, alterado pela referida lei, considera que o não oferecimento ou a oferta irregular de políticas e programas integrados de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência constitui:

a) direito das instituições de não ofertar programas conforme suas possibilidades.

b) ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente.

c) atitude irrelevante para garantia dos direitos da criança e do adolescente.

d) garantia dos direitos assegurados à criança e ao adolescente.

9. Os Art. 70 e Art.70-A do ECA, preconizam que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Dentre as ações previstas no ECA que devem ser executadas pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e que visam coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, e também difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, qual das opções abaixo NÃO ESTÁ PREVISTA:

a) a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos.

b) o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

c) o uso da força policial para punição das famílias e estabelecimentos de ensino e de saúde que violem o direito de educar sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante.

d) o respeito aos valores da dignidade da pessoa humana, de forma a coibir a violência, o tratamento cruel ou degradante e o uso da força policial para punição das famílias e estabelecimentos de ensino e de saúde que violem o direito de educar sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante.

10. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, porém o Art. 69 do ECA, esclarece que alguns aspectos devem ser observados na preservação dos seus direitos. Marque a alternativa que corresponde corretamente a um desses aspectos a serem observados em relação ao trabalho protegido.

a) direito de receber salário acima da média.

b) acesso à capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

c) dever de ter concluído o Ensino Médio.

d) direito de trabalhar apenas após identificada sua vulnerabilidade social.

11. Em 2009, a Lei Nº 12.010 substituiu o termo "pátrio poder" por "poder familiar" na redação do ECA. Segundo o Art. 21 do ECA, *"o poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência"*. Sobre o poder familiar, assinale a alternativa INCORRETA:

a) a falta ou carência de recursos materiais é um motivo importante e suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.

b) aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

c) a mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança.

d) a perda ou suspensão do poder familiar deverá ser evitada sempre que possível.

12. O Art. 20 do ECA afirma que os filhos havidos fora da relação do casamento ou por adoção:

a) não possuem direitos.

b) possuirão direitos apenas após realização de teste de DNA ou decorridos dez anos da adoção.

c) possuem direitos restritos, sendo considerados agregados.

d) terão os mesmos direitos e qualificações de filhos naturais, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

13. O Art. 28 do ECA, foi alterado pela Lei Nº12.010/2019 para aperfeiçoar a garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes. Conforme o parágrafo 2º deste artigo, em se tratando de maior de 12 (doze) anos de idade, para colocação em família substituta, será necessário:

a) a decisão da mãe biológica, ou seu representante.

b) a decisão da autoridade judiciária, mesmo que este não seja o desejo do adolescente.

c) o interesse do adolescente, informado para o Conselho Tutelar.

d) o consentimento do adolescente, colhido em audiência.

14. O Parágrafo 1º do Art. 13 do ECA, garante que as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, para qual dos órgãos abaixo:

a) à Justiça da Infância e da Juventude.

b) ao Conselho Tutelar.

c) à Família Substituta.

d) ao Abrigo Institucional ou Casa lar.

15. A colocação de criança e adolescente em família substituta, conforme Art. 28 do ECA, será feita mediante:

a) termo de consentimento, ofício ou relatório técnico.

b) guarda, tutela ou adoção.

c) curatela, entrega pela mãe ou acordo verbal.

d) termo circunstanciado, relatório do conselho tutelar ou acordo familiar.

16. Considerando o Art. 48 do ECA, no caso de uma pessoa adotada desejar conhecer sua origem biológica:

a) o adotado apenas poderá ter acesso parcial ao processo, após completar 21 (vinte e um) anos de idade.

b) o acesso ao processo de adoção poderá ser solicitado apenas pelos pais adotivos da criança ou do adolescente, cabendo a estes decidir a quais trechos do processo o adotado poderá ter acesso, mesmo após completar 18 (dezoito) anos.

c) o adotado não tem direito de conhecer sua origem biológica, pois o processo de adoção é sigiloso e em nenhuma hipótese será concedido acesso ao processo no qual a medida foi aplicada.

d) o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica e o acesso ao processo de adoção poderá ser também concedido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.

17. De acordo com as disposições do ECA, marque com V para verdadeiro e F para Falso nas afirmativas abaixo e assinale a alternativa correspondente a sequência correta:

( ) é direito da criança e do adolescente ter acesso ao trabalho a partir dos (10) dez anos de idade.

( ) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse;

( ) não será permitida a convivência da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional;

( ) a integração da criança ou de adolescente em família substituta é medida excepcional, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa.

a) F,F,V,V

b) V,F,F,V

c) F,V,F,V

d) V,V,V,F

18. Conforme o Art. 103 do ECA, a contravenção penal cometida por criança ou adolescente é considerada:

a) crime hediondo.

b) ato infracional.

c) crime inafiançável.

d) ato sem valor legal.

19. Conforme o Art. 106 do ECA, o adolescente será privado de sua liberdade:

a) apenas em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

b) em hipótese alguma o adolescente será privado de liberdade.

c) apenas mediante avaliação dos relatos trazidos ao Conselho Tutelar e após a emissão de relatório do Conselho solicitando a medida.

d) apenas se os pais ou responsável não se manifestarem sobre o ato cometido.

20. Conforme Art. 112 do ECA, se verificada a prática de ato infracional pelo adolescente, podem ser aplicadas medidas pela autoridade competente. Qual das alternativas abaixo NÃO é uma medida socioeducativa prevista no ECA?

a) obrigação de reparar o dano.

b) liberdade assistida.

c) prestação de serviços à comunidade.

d) prisão em cela especial.

21. Conforme o Art. 121 do ECA, a internação constitui medida privativa da

liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Atingido o período máximo de internação de três anos, o adolescente deverá, a critério da autoridade judiciária:

a) ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

b) ser encaminhado para nova aplicação de medida de internação por período máximo de três anos.

c) ser encaminhado à justiça criminal para ser julgado pelas normas do código penal.

d) ter quaisquer atos infracionais extintos sem nenhuma possibilidade de aplicação de outras medidas de proteção.

22. As atribuições do Conselho Tutelar previstas no Art. 136 do ECA, incluem:

a) recolhimento imediato de crianças em situação de trabalho infantil.

b) realização de tratamento para crianças e adolescentes dependentes químicos.

c) entregar cestas básicas às famílias que solicitem e necessitem.

d) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

23. Dentre as medidas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente previstas no ECA, quais medidas podem ser aplicadas diretamente pelo Conselho Tutelar:

a) medidas de internação.

b) medidas de proteção.

c) medidas socioeducativas em meio aberto.

d) medidas infracionais.

24. O Art. 136 do ECA, trata das atribuições do Conselho Tutelar. Conforme este artigo, considere as afirmativas e marque a alternativa correta referente às atribuições do Conselho Tutelar:

I - requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

II- atender e aconselhar os pais ou responsável.

III - promover a execução de suas decisões.

a) nenhuma afirmativa está correta.

b) apenas a afirmativa II está correta.

c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

d) as afirmativas I, II e III estão corretas.

25. O Art. 18-B do ECA foi incluído pela Lei Nº13010/2014. Este artigo determina que em caso de ocorrência de castigo físico, ou tratamento cruel ou degradante, sejam aplicadas medidas de proteção pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. Conforme o mesmo artigo, qual NÃO é uma medida aplicável pelo Conselho Tutelar?

a) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

b) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

c) advertência.

d) multa.

26. O Art. 13 do ECA, orienta que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente, identificados pelos estabelecimentos de

saúde deverão, sem prejuízo de outras providências legais:

a) ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.

b) ser facultativamente comunicados ao Conselho Tutelar e ao CMDCA.

c) ser obrigatoriamente comunicados à Secretaria de Saúde da respectiva localidade.

d) ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

27. Tomando como base o art. 132 do ECA, o Conselho Tutelar:

a) o Conselho Tutelar é um órgão do sistema penitenciário.

b) o Conselho Tutelar é um órgão privado sem fins lucrativos.

c) o Conselho Tutelar é um órgão integrante da administração pública local.

d) o Conselho Tutelar é um órgão público com fins lucrativos.

28. ***"O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei."*** **No contexto deste Art. 131 do ECA, o termo <u>não jurisdicional</u> significa que o Conselho Tutelar:**

a) não tem atribuições de tratar juridicamente dos casos, nem de aplicar sanções judiciais.

b) tem a obrigação de atuar em outros municípios.

c) não tem autonomia de decidir quais medidas irá aplicar em punição a quem violar os direitos da criança e do adolescente.

d) tem autorização de atuar apenas em conjunto com a polícia militar ou civil.

29. De acordo com o inciso IV do Art. 136 do ECA, a respeito das atribuições do Conselho Tutelar, qual das alternativas completa corretamente a lacuna:

"São atribuições do Conselho Tutelar [...] encaminhar _____ notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente".

a) ao Ministério Público.

b) à Casa de Assistência ao Menor.

c) ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

d) à Delegacia Municipal.

30. Supondo que uma adolescente de 15 anos foi até uma mercearia para comprar um maço de cigarros, informando que foi a pedido da mãe que é conhecida do dono do estabelecimento e faz uso de cigarros, o responsável pelo estabelecimento deve:

a) vender o produto para a adolescente, caso tenha a certeza de que o cigarro será consumido pela mãe da adolescente.

b) não vender, pois de acordo com o ECA, é proibida a venda de produtos que possam causar dependência física ou psíquica a crianças e adolescentes.

c) vender, pois de acordo com o ECA essa decisão compete aos pais ou responsável.

d) comunicar a situação ao Conselho Tutelar, após vender o produto à adolescente.

31. Os pais de quatro crianças, entre elas, uma com deficiência, decidiram não vacinar seus filhos. Levando em conta o histórico de saúde das crianças, o médico recomendou a vacinação das crianças contra o sarampo para evitar problemas de saúde futuros.

Nesse caso, conforme o Art. 14, parágrafo 1º do ECA, os pais:

a) devem vacinar apenas a criança com deficiência, pois correm o risco de perder sua guarda caso não cumpram a recomendação.

b) não devem vacinar as crianças, pois a vacinação é escolha dos pais, mesmo que o médico recomende a vacinação.

c) devem vacinar as crianças, pois é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

d) devem vacinar apenas após o Conselho Tutelar expedir advertência, pois cabe ao órgão decidir as divergências familiares e institucionais.

32. A diretora de um Centro de Educação Infantil, foi informada por uma professora de suspeita que um de seus alunos esteja sofrendo maus tratos em casa. Ao ter conhecimento dessa informação de acordo com o ECA, a diretora deve:

a) comunicar o caso ao Conselho Tutelar.

b) acionar a Guarda Municipal para a adoção das medidas cabíveis.

c) apenas convocar os pais ou responsáveis para escuta e orientação, pois o direito à integridade física e moral de crianças e adolescentes é de responsabilidade destes.

d) ela própria deve proceder a investigação sobre o caso.

33. De acordo com o Art. 53 da Lei Municipal Nº845/2011 de Fazenda Rio Grande, a instauração de sindicância para apuração de eventual falta grave cometida por Conselheiro Tutelar no desempenho de suas funções, compete a qual órgão:

a) Gabinete do Prefeito.

b) Secretaria Municipal de Assistência Social.

c) Comissão de Ética do Conselho Tutelar.

d) Polícia Civil.

34. A Lei Municipal Nº845/2011 de Fazenda Rio Grande e suas alterações, determina que o CMDCA é um órgão deliberativo e controlador da Política de Atendimento da Criança e Adolescente no Município. De acordo com seu Art. 5 o CMDCA possui composição paritária da seguinte forma:

a) entidades e adolescentes.

b) órgãos governamentais e órgãos não-governamentais.

c) conselho tutelar e entidades.

d) secretarias de governo e conselho tutelar.

35. De acordo com o Art. 3 da Lei Municipal Nº845/2011 do município de Fazenda Rio Grande, a política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, será formulada, executada e fiscalizada por quais órgãos municipais:

a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

b) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social.

c) Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Assistência Social.

d) Secretaria Municipal de Assistência Social e Gabinete do Prefeito.

INFORMÁTICA

36. Um Conselheiro Tutelar precisa enviar um ofício para o Ministério Público. Para adequar o documento ao padrão de comunicação formal utilizando o Microsoft Word ele precisa alterar a letra para *"Arial*

12", **ajustar o texto à página no formato *Justificado* e corrigir possíveis erros de digitação. Quais ferramentas do Microsoft Word 2007 ou posterior devem ser utilizadas nesta sequência?**

a) Ilustrações / Cabeçalho e Rodapé/ Caixa de texto.

b) Inserir / Referências / Correspondências.

c) Design / Layout / Exibir.

d) Fonte / Parágrafo / Ortografia e Gramática.

37. Em decorrência da Pandemia de COVID-19, nos anos de 2020 e 2021 as ferramentas de reuniões virtuais, inclusive para realização de audiências, foram muito popularizadas; e, continuam sendo uma forma de agilizar o trabalho dos membros do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Qual a alternativa que corresponde a exemplos de aplicativos de reuniões virtuais?

a) Mozilla e Safari.

b) Google Meet, Zoom, Microsoft Teams.

c) Word, Excel, Power Point.

d) Canva e Youtube.

38. Qual a alternativa que corresponde a um "browser" ou navegador para internet?

a) Word

b) Canva

c) Chrome

d) Pasta de trabalho

39. Um Conselheiro Tutelar precisa mandar uma tabela com os atendimentos por idade e tipo de violência/negligência atendidas no trimestre para o CMDCA. Qual das alternativas abaixo trata-se de um programa que é composto por planilhas e pode apoiar a elaboração de tabelas de forma ágil:

a) Excel

b) PowerPoint

c) Tik Tok

d) Adobe

40. A presidente/coordenadora do Conselho Tutelar irá enviar um arquivo com ofício em anexo, comunicando ao CMDCA a escala de férias dos conselheiros para o ano de 2024. Qual a ferramenta de envio de correspondências eletrônicas que permite além de inserir o assunto, inserir texto, assinatura e incluir anexos.

a) Dropbox.

b) Canva.

c) E-mail.

d) Fax.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ARAUJO ASSESSORIA, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA.

Gabarito Oficial

Prova teórica para os candidatos ao Conselho Tutelar de Fazenda Rio Grande, gestão 2024-2028.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	C	A	C	A	C	B	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	D	A	B	D	C	B	A	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	B	D	D	A	C	A	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	C	B	A	D	B	C	A	C